

*Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes*

**Relato - Encontro de nivelamento**

**Belém, 30 de março de 2016**

Em qual Amazônia se buscam respostas para a superação de desafios do desenvolvimento? Para qual Amazônia se planeja uma trilha diferente, calcada em distribuição de benefícios, acolhimento do componente ambiental e da biodiversidade e valorização dos diferentes modos de vida? As falas iniciais do encontro aberto de nivelamento da iniciativa, realizado no auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, em Belém, espelharam o que talvez seja o desafio germinal para a problematização das grandes obras numa perspectiva territorial. Da várzea à terra seca, dos rios de águas claras aos de leito turvo, as intrincadas particularidades ambientais geraram realidades e potências culturais e econômicas as mais variadas, de modo que o conhecimento forjado a partir de uma região dificilmente pode ser transplantado a outra em caráter alvissareiro. Ignorar essa diversidade seria o mesmo que repetir os erros sobre os quais as mais de 50 instituições que hoje se engajam nos debates promovidos por GVCes e IFC se propõe a refletir.

Mas é nessa mesma Amazônia multifacetada que, há décadas, os grandes projetos impõem-se a partir de uma visão de desenvolvimento quase sempre homogeneizante. Embora não se chancelo o modelo de desenvolvimento em curso, observa-se que do choque entre a dimensão territorial e a do planejamento econômico nacional resultam padrões, que se referem a desperdício de oportunidades e a consequências frequentemente devastadoras para as populações locais e seus modos de vida. Foi com base na percepção de que os aprendizados propiciados por esse percurso ainda não foram suficientemente introjetados que nasceu a iniciativa para construção participativa de diretrizes, segundo os anfitriões, GVCes e IFC. Além disso, parte-se de uma análise primária: se os mais vultuosos empreendimentos se instalam nos territórios com a promessa de progresso socioeconômico local, é preciso

avaliar se os mecanismos que estão postos de fato são capazes de promover essa entrega, e quais são as fragilidades e possibilidades.

É também uma questão que resvala em diversidade e semelhança aquela que se impõe sobre a qualidade da mobilização no processo da iniciativa, segundo falas dos presentes. Alguns comentários observaram a ausência de representações importantes no encontro, desde ativistas locais e representantes de populações tradicionais até setores do governo federal. Outros questionaram a probabilidade de consenso entre participantes com trajetória de posições antagônicas sobre o mesmo processo. Houve destaques, ainda, sobre a necessidade de uma comunicação sensível à natureza intercultural dos grupos geralmente expostos aos impactos das grandes obras.

Da parte dos organizadores, realçou-se o cuidado com um tipo de condução que busque não escamotear, mas acolher as diferenças, como parte de um produto final coletivo. Mais que isso, é dos alertas e reparos provenientes das diferentes visões que podem emergir propostas verdadeiramente aplicáveis. E nesse sentido é oportuno que também o setor financeiro, que se vê representado na iniciativa, tenha a oportunidade de acessar outros tipos de conhecimento sobre as implicações dos investimentos voltados para a Amazônia.

Embora se ressalve a quantidade de encontros ainda programados, e que nem sempre é possível ou mesmo proveitoso reunir grande quantidade de pessoas, reconheceu-se que a mobilização pode e deve ser aprimorada. E que a comunicação dos processos e resultados da iniciativa deve se orientar pela maior acessibilidade, evitando-se, todavia, a presunção de que diferenças culturais necessariamente representem assimetria de capacidades. A iniciativa busca equilibrar, ainda, a diligência quanto à participação robusta e verdadeiramente representativa em face do imperativo de tempo, tendo em vista iminência de novos projetos e a demanda emergencial por soluções. A ambição é construir um conjunto de propostas para seis eixos temáticos já ao final de 2016.

A própria concepção de “território” entrou em pauta, quando se questionou se haveria recortes definidos, por regiões ou mesmo por setores da economia. O que se propõe, no entanto, é uma “abordagem territorial” sobre os desafios que a instalação e operação de grandes empreendimentos comumente suscitam e por consequência bebe-se na fonte de experiências significativas, notadamente no estado do Pará, mas também em Rondônia e outras regiões.

Belo Monte, como não poderia deixar de ser, foi assunto largamente discutido na perspectiva de potenciais aprendizados. Refletiu-se sobre a presença ali de certos elementos cruciais ao processo efetivo de desenvolvimento, tais como recursos financeiros vultuosos, uma proposta de governança materializada no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), a atuação próxima de diferentes ministérios, a articulação com atores locais diversos, mas, ainda assim, indicadores menos que satisfatórios nas áreas de saúde, educação e segurança, por exemplo.

Aventou-se que o ingrediente de ciência e tecnologia, aplicado às vocações genuínas da região, como a produção cacaeira, deveria ter sido um fator preponderante da promoção do desenvolvimento local. Em especial se observa que mesmo com a institucionalidade criada em torno do PDRSX, ainda houve falhas de coordenação estratégica, tanto entre entes governamentais, quanto com atores sociais locais possivelmente habituados a atuar em áreas específicas e separadas umas das outras. Nesse sentido, desponta como lição aprendida a centralidade da promoção de capacidades institucionais, um dos eixos temáticos sobre os quais a iniciativa se debruça – não só do ponto de vista técnico, mas essencialmente das competências de coordenação e articulação com diferentes atores.

Do mesmo modo a região do Tapajós foi mencionada diversas vezes, seja em face dos projetos hidrelétricos, seja em razão de numerosos investimentos em logística e transporte já implementados. Para GVCes e IFC, embora o Tapajós seja uma fronteira relevante, que tende a replicar caminhos executados para Belo

Monte, aquela região específica não deve ser um foco restritivo da iniciativa, ressaltando-se a importância de observar motivações e desafios comuns na Amazônia como um todo.

Embora a proposta original da iniciativa tenha sido constituir alternativas complementares ao licenciamento ambiental, a perspectiva quanto à interdependência de ações voltadas ao desenvolvimento e aquelas pertinentes à mitigação e compensação de impactos amadureceu desde as primeiras reuniões no âmbito da iniciativa. Hoje se percebe que, ao analisar o potencial de instrumentos capazes de conferir sustentabilidade ao legado de grandes obras, os grupos necessariamente vão refletir sobre o licenciamento ambiental, o que também deve gerar contribuições relevantes no sentido do seu fortalecimento.

### **Contribuições temáticas**

O encontro em Belém propiciou a oportunidade de troca de impressões sobre o estado atual do debate em cada um dos grupos de trabalho temáticos. Para o eixo de “Agendas de Desenvolvimento Territorial” e “Capacidades Institucionais e Articulação de Políticas Públicas”, foi destacado que os princípios fundamentais do que seria recomendável não são exatamente novos. Sabe-se que a pactuação de objetivos comuns de desenvolvimento requer um arranjo de governança realmente representativo do território, requer recursos financeiros para o acompanhamento e a implementação de projetos, e capacidade de monitoramento fundamentada em indicadores, de modo que se possa averiguar a efetividade daquilo que se empreende e tomar decisões informadas.

A ambição do trabalho, contudo, é justamente avançar nos gargalos práticos da implementação desse modelo: de que forma é possível antecipar receitas, em relação ao tempo de instalação de um grande empreendimento? Como identificar as prioridades de investimento nessa etapa? Que estrutura viabiliza o arranjo desejado? De quais capacidades os agentes envolvidos precisam, quais são as formas mais efetivas de fomentá-las e o tempo adequado para tanto? – São

exemplos de desafios sobre os quais o presente processo de diálogo pretende se debruçar. Adicionalmente, sugeriu-se que a inspiração venha de experiências de governança participativa, como conselhos de unidades conservação, a política Territórios da Cidadania e outras. Também se ponderou a importância de que uma agenda de desenvolvimento tenha a identidade como substância, portanto os arranjos produtivos autenticamente locais, como uma espécie de ponto focal estratégico.

No campo dos direitos humanos e grupos vulneráveis, com foco em crianças, adolescentes e mulheres, os participantes realçaram a importância de políticas e projetos de educação para proteção dos jovens, seja no âmbito do ensino regular, seja na formação para atividades produtivas próprias do meio rural. Recomendou-se ainda estudar de maneira aprofundada a metodologia do Selo Município Aprovado, da Unicef, já aplicada em centenas de municípios amazônicos. Foi sugerida, além do mais, a busca de maior sinergia processual e de propostas com o grupo de trabalho que se dedica à interface “indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais”.

Por fim, no âmbito de ordenamento territorial e biodiversidade, os participantes recomendaram a inserção de propostas mais contundentes voltadas à regularização fundiária e ao levantamento da situação jurídica de posses e propriedades nos territórios que recebem grandes obras.

Os resumos dos diagnósticos e das propostas iniciais encabeçadas por cada um dos grupos temáticos podem ser acessados no site [gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia](http://gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia).

## **QUEM PARTICIPOU**

Participaram do encontro cerca de 30 representantes das seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará (UFPA), Louis Dreyfous Commodities, GV Direito, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Instituto Peabiru, Odebrecht,

Embrapa, BNDES, Associação dos Terminais Privados do Rio Tapajós (ATAP), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Votorantim Metais, Governo do Estado do Pará, além dos anfitriões GVces e IFC.

### **Sobre a iniciativa**

*O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 50 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.*

*O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Agendas de Desenvolvimento Territorial; Instrumentos de Financiamento; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais); Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas; e Ordenamento Territorial e Biodiversidade.*

*Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos será debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar um conjunto de orientações com alto grau de aplicabilidade. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.*

### **Quer participar?**

Entre em contato:

[Graziela.azevedo@fgv.br](mailto:Graziela.azevedo@fgv.br)

(11) 3799-3502

Saiba mais:

[gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia](http://gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia)